

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.415.993 - SP (2018/0331731-9)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : JOSE ANTONIO AZANHA**  
**ADVOGADO : LUCAS FURLAN MICHELON PÓPOLI - SP392997**  
**AGRAVADO : BANCO BRADESCO FINANCIAMENTOS S.A**  
**ADVOGADOS : AMANDIO FERREIRA TERESO JUNIOR E OUTRO(S) -**  
**SP107414**  
**MARIA LUCILIA GOMES - SP084206**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo manifestado contra decisão que negou seguimento a recurso especial, no qual se alega negativa de vigência do art. 537, § 4º, do Código de Processo Civil, além de dissídio jurisprudencial. O acórdão recorrido está retratado na seguinte ementa (fl. 783):

AGRAVO INTERNO - ARRENDAMENTO MERCANTIL - AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL C.C. RESTITUIÇÃO DE VALORES - Decisão monocrática que negou provimento ao agravo de instrumento - Impugnação ao cumprimento de sentença - 'Astreintes'- Redução - Possibilidade - Razoabilidade e proporcionalidade observadas na sua fixação - Pedido de justiça gratuita que deve ser formulado em primeiro grau — Supressão de instância — Recurso desprovido.

Sustenta o agravante, em síntese, que a multa cominatória somente pode ser reduzida em situações excepcionais, o que não é o caso dos autos.

Assim posta a questão, passo a decidir.

Verifico que o Tribunal de origem manteve a redução da multa cominatória, assim discorrendo (fl. 784):

(...)

A ação originária do presente recurso foi interposta pelo agravante visando à declaração de rescisão do contrato e, consequentemente, a devolução, pelo agravado, do valor por ele pago a título de VRG antecipado. A tutela antecipada foi inicialmente deferida ao agravante para que seu nome não fosse incluído do cadastro de inadimplentes e, diante da informação de que seu nome fora

negativado (92 dias) e protestado (993 dias), a obrigação de não fazer foi descumprida, sendo apurado o valor da multa em R\$ 496.500,00.

No caso, o agravado deixou de cumprir o quanto determinado em tutela de urgência, permitindo a incidência da multa cominatória, que é legítima, eis que injustificável a resistência do agravado em atender ao comando judicial.

Com efeito, pela decisão de fls. 464/473 o d. magistrado reduziu o valor da multa de R\$ 496.500,00 para R\$ 50.000,00, eis que havia se tornado excessiva e desproporcional diante da obrigação principal. Considerando-se que a natureza coercitiva das 'astreintes' é a de tornar efetivo o cumprimento da obrigação e não a de indenizar a parte, não pode ser desvirtuada, podendo haver adequação para um patamar razoável e proporcional, além de evitar o enriquecimento sem causa do agravante.

Outrossim, a redução tem amparo no art. 537, §1º, I, do CPC/15.

(...)

Com efeito, anoto que a revisão do valor da multa por descumprimento de decisão judicial não se afigura possível no caso em análise, uma vez que demandaria o reexame fático dos autos, o que encontra o óbice da Súmula n. 7/STJ. A propósito, confirmam-se:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. IMPOSSIBILIDADE DO CUMPRIMENTO DA OBRIGAÇÃO DE FAZER. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. ASTREINTES. VALOR RAZOÁVEL. REVISÃO. ÓBICE DA SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial não comporta o exame de questões que impliquem revolvimento do contexto fático-probatório dos autos (Súmula n. 7 do STJ).

2. O Tribunal de origem concluiu pela possibilidade de transferência do veículo com respectivo pagamento das taxas e multas com base nos elementos de prova dos autos. Alterar esse entendimento demandaria o reexame das provas produzidas nos autos, o que é vedado em recurso especial.

3. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor das astreintes, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, permitindo a revisão. No

caso, a quantia estabelecida pelo Tribunal de origem não se mostra excessiva, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1.547.718/DF, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, QUARTA TURMA, DJe de 16.8.2017.)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL. EXECUÇÃO DE MULTA COMINATÓRIA (ASTREINTES). IMPUGNAÇÃO AO CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. REVISÃO DO VALOR. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. ACÓRDÃO CUJOS FUNDAMENTOS NÃO FORAM ATACADOS.

1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) admite, excepcionalmente, em recurso especial, reexaminar o valor fixado a título de multa cominatória, quando ínfimo ou exagerado. Hipótese em que o valor estabelecido na instância ordinária atende às circunstâncias de fato da causa, de forma condizente com os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. Incide a Súmula 83 do STJ. Precedentes.

2. A apreciação dos critérios para a fixação da multa cominatória ou para a modificação de seu valor impõe o reexame de circunstâncias fático-probatórias da causa, o que é inviável em recurso especial nos termos da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

3. O recurso especial não impugnou os fundamentos do acórdão recorrido. Incide a Súmula 283 do Supremo Tribunal Federal (STF).

4. A análise da alegada deficiência do instrumento de agravo, por falta de peça supostamente essencial à compreensão da controvérsia, esbarra no óbice da Súmula 7 do STJ. Precedentes.

5. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 78.294/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe de 16.3.2016.)

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

**MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
Relatora